

MESQUITA, Júlio de

* jornalista; dep. fed. SP 1892-1894.

Júlio César Ferreira de Mesquita nasceu em Campinas (SP) no dia 18 de agosto de 1862, filho de Francisco Ferreira de Mesquita e de Maria da Conceição Ferreira de Mesquita, imigrantes portugueses.

Quando contava três anos de idade, seus pais resolveram retornar a Portugal, onde fez os primeiros estudos. Em 1870 a família regressou ao Brasil, fixando residência novamente em Campinas. Frequentou a escola primária de Malaquias Guirlanda, e depois os colégios Caldeira, Morton e Ipiranga. Fez o secundário e os cursos preparatórios no Colégio Culto à Ciência e em 1878 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Ainda estudante iniciou-se no jornalismo, como redator de *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico fundado em julho de 1876. Encontrava-se em Campinas, em recesso da faculdade, quando, em 5 de janeiro de 1882, o Partido Republicano Paulista (PRP) organizou no Teatro São Carlos um banquete em homenagem a Manuel Ferraz de Campos Sales, Prudente de Moraes – dois futuros presidentes da República –, Francisco Rangel Pestana, Ângelo Pinheiro Machado, Gabriel Piza e Almeida, e Martinho da Silva Prado Júnior. Deveria discursar, saudando os próceres da propaganda republicana, Augusto César de Miranda Azevedo, mas, como este não pôde comparecer, foi designado para substituí-lo e fez um discurso sobre questões jurídico-políticas que teve grande repercussão, merecendo elogios da *Gazeta de Campinas*.

Após bacharelar-se em 1883, voltou a morar em Campinas e aí se casou, em 1884, com Lucila Cerqueira César, filha de José Alves Cerqueira César. De início foi trabalhar no escritório de advocacia do republicano e abolicionista Francisco Quirino dos Santos, mas lá permaneceu pouco tempo, preferindo colaborar na *Gazeta de Campinas*, também de propriedade de Quirino dos Santos. Na redação trabalhou com Alberto Sales, irmão de Manuel Ferraz de Campos Sales. Em 1885, a convite de Alberto Sales, que no ano anterior se tornara sócio e diretor-gerente de *A Província de São Paulo*, tornou-se redator político

desse jornal. Entretanto, o antilusitanismo de Alberto Sales quase levou o jornal à falência, pois todos os anunciantes portugueses boicotaram a empresa. Sob pressão, Alberto Sales acabou se retirando, e *A Província de São Paulo* acabou sendo salva por Júlio Mesquita, que, como filho de portugueses, habilmente conseguiu trazer de volta os clientes.

JORNALISTA E POLÍTICO

Além do jornalismo, Júlio Mesquita também se iniciou na política, aceitando a indicação para vereador na Câmara Municipal de Campinas no período 1887-1890. Fez parte da Comissão de Justiça, e entre seus pronunciamentos destacou-se aquele em que fez a defesa da proteção aos escravos. Ainda em 1887, a conselho médico, empreendeu viagem à Europa em companhia da esposa e regressou ao Brasil somente em fins de 1888. Nesse ano, *A Província de São Paulo* passou a pertencer à firma Rangel Pestana & Cia, e Júlio Mesquita, além de redator, tornou-se gerente do órgão.

Republicano, com o fim da monarquia em 15 de novembro de 1889, foi nomeado no dia seguinte secretário-geral do novo governo provisório de São Paulo, chefiado pela junta formada por Prudente de Moraes, Francisco Rangel Pestana e o tenente-coronel Joaquim de Sousa Mursa. No mesmo dia em que assumiu suas funções, *A Província de São Paulo* estampou na primeira página apenas o título “Viva a República”. Permaneceu na secretaria do governo até janeiro de 1890, quando retornou à redação do jornal, que teve seu nome alterado para *O Estado de São Paulo*. Substituiu na direção do órgão Rangel Pestana, que foi para o Rio de Janeiro para trabalhar na elaboração do anteprojeto da nova Constituição. No fim ano, quando Rangel Pestana, eleito senador, foi participar do Congresso Constituinte na capital federal, tornou-se diretor efetivo do jornal. A primeira medida que tomou foi contratar uma agência internacional de notícias, o que fez grande diferença em relação aos outros jornais da época.

Por decreto de Prudente de Moraes, que em dezembro de 1889 fora nomeado governador de São Paulo pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca, foi indicado para o Conselho de Intendentes da capital paulista. Em 30 de abril de 1891 foi eleito para o Congresso Constituinte paulista e em seguida foi escolhido pelos constituintes secretário da Mesa Diretora. Após a promulgação da Constituição do estado, em 14 de julho, passou a exercer o mandato de deputado estadual. Diante do golpe de Deodoro, que

em 3 de novembro dissolveu o Congresso Nacional, e da aprovação pela Câmara estadual de uma moção de apoio a este, bem como ao então presidente de São Paulo Américo Brasiliense, solidarizou-se ao protesto do deputado Vicente de Carvalho, seu cunhado, e, como ele, renunciou ao mandato parlamentar, junto com Cincinato Braga, Gonçalves Bastos, Bueno de Andrada, José Francisco de Paula Novais, Rivadávia Correia e Eduardo Guimarães.

A reação contrária ao ato arbitrário de Deodoro acabou por levar o marechal a renunciar em 23 de novembro. Também Américo Brasiliense foi obrigado a fazê-lo, após um grave atrito entre manifestantes e a polícia no centro da capital paulista no dia 14 de dezembro, que resultou em mortos e feridos. Na madrugada do dia 15, Brasiliense redigiu um documento endereçado ao inspetor das forças policiais de São Paulo, major Sérgio Tertuliano de Castelo Branco, passando-lhe o governo estadual, e abandonou o palácio. Reunidos no Grande Hotel de França, estavam o vice-presidente do estado Cerqueira César – sogro de Júlio Mesquita –, e a junta formada por Campos Sales, Bernardino de Campos e o próprio Júlio Mesquita. Até eles veio o coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, acompanhado de Castelo Branco, que concordou em passar o governo a Cerqueira César. Desde 23 de novembro a presidência da República era exercida pelo vice-presidente Floriano Peixoto.

Em 27 de abril de 1892, exercendo as funções de redator-chefe de *O Estado de São Paulo*, Júlio Mesquita foi eleito para ocupar a vaga de deputado federal aberta com a renúncia de Rodolfo Miranda. Seguindo para o Rio de Janeiro, deixou seu posto na redação do jornal para Manuel Ferreira Garcia Redondo. Na Câmara dos Deputados, foi indicado relator da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. Fez parte, em 30 de julho de 1893, da reunião realizada nas dependências da Câmara em que foi fundado o Partido Republicano Federal (PRF), tendo à frente Francisco Glicério. Reeleito em 1º de março de 1894 para a legislatura de 1894-1896, renunciou ao mandato meses depois para retornar a São Paulo, sendo substituído na Câmara por Antônio Manuel Bueno de Andrada.

Desde abril de 1892, um novo auxiliar passara a colaborar no *Estado de São Paulo*, escrevendo versos: Euclides da Cunha. Em 1894, passou a colaborar na redação política do jornal Alfredo Pujol. Em 1895, a propriedade do jornal passou para J. Filinto & Cia. Em 1896, a tiragem atingiu dez mil exemplares, e foi publicado o primeiro *Almanaque do Estado*.

Além do jornal, Júlio Mesquita manteve-se ligado à política. Novamente eleito deputado estadual no pleito de 1º de dezembro de 1894 para o período 1895-1897, tomou posse em 7 de abril de 1895 e foi indicado líder da maioria na Câmara estadual. Na época tornou-se também membro da comissão diretora do PRP, ao lado de Bernardino de Campos, Francisco Glicério e João Batista de Melo Oliveira. Em 1896, resolveu abrir um escritório de advocacia em sociedade com Alfredo Pujol, Eugênio Egas e Augusto Ribeiro de Loiola. Quando da cisão do PRP em 1897, tomou a defesa do presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898) na tribuna da Câmara estadual e nas páginas do *Estado de São Paulo*, contra Francisco Glicério, chefe do PRF. Também em 1897, um ano antes de falecer, seu pai Francisco Mesquita, então próspero negociante, associou-se à firma J. Filinto & Cia, tornando-se coproprietário do *Estado de São Paulo*. Nesse mesmo ano Euclides da Cunha passou a colaborar como correspondente da Guerra de Canudos, e, devido ao grande interesse que o assunto despertou no público leitor, a tiragem do jornal atingiu 18 mil exemplares diários.

Júlio Mesquita foi reeleito deputado estadual para as legislaturas 1898-1900 e 1901-1903. Em 1901, quando se discutia a sucessão de Rodrigues Alves na presidência de São Paulo, a candidatura de Cerqueira César, prestigiada por Prudente de Moraes, parecia vitoriosa dentro do PRP, mas Campos Sales, então presidente da República (1898-1902), resolveu apoiar Bernardino de Campos, que acabaria sendo eleito no ano seguinte. A crise resultou no movimento dissidente de 1901, passando Júlio Mesquita novamente para a oposição aos governos federal e estadual. Um manifesto endereçado aos republicanos de São Paulo, assinado pelos dissidentes Prudente de Moraes, Cerqueira César, Manuel de Moraes Barros, Adolfo Gordo, Alfredo Guedes e Júlio Mesquita, contra a chamada “política dos governadores” de Campos Sales, condenava “o incondicionalismo cego, absoluto, de que o presidente da República queria que se formasse o apoio, não às instituições, mas à situação que dirigia, e, igualmente, às suas ideias e à sua pessoa”.

Os dissidentes eram também a favor da revisão constitucional. Júlio Mesquita defendeu assim, nas páginas do *Estado* e na tribuna da Câmara estadual, o movimento revisionista, cujo chefe era seu sogro Cerqueira César. Contra a revisão estava o general Artur Oscar, comandante das tropas que atacaram Canudos, com quem travou séria

discussão pelo jornal.

PROPRIETÁRIO DO *ESTADO DE SÃO PAULO*

Em 1902, Júlio Mesquita tornou-se o único proprietário do *Estado de São Paulo*, permanecendo José Filinto da Silva como gerente. Não quis renovar o mandato de deputado estadual na legislatura 1904-1906, pois, por motivo de doença de sua filha Rute, partiu para a Europa com a família. Sua filha faleceu durante a viagem, e, abalado, permaneceu em Portugal até outubro de 1906. De volta ao Brasil, foi mais uma vez eleito deputado estadual para o período 1907-1909 e logo depois, por escolha unânime de seus pares, tornou-se líder da maioria na Câmara de São Paulo.

Em 27 de dezembro de 1907 a empresa proprietária do *Estado de São Paulo* passou a ser uma sociedade anônima, com Júlio Mesquita como maior acionista, fazendo parte também sua esposa Lucila, suas filhas Maria, Raquel e Ester, e seus sogros José Alves de Cerqueira César e Maria do Carmo César. No ano seguinte uma nova máquina foi adquirida e o jornal passou a ser composto por linotipos.

Em 1909, quando Euclides da Cunha foi assassinado no Rio de Janeiro, o próprio Júlio Mesquita escreveu seu necrológio, que saiu com destaque na primeira página do jornal. Nesse mesmo ano, foi um dos articuladores da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, em oposição à do marechal Hermes da Fonseca. Iniciava-se a Campanha Civilista, à qual *O Estado de São Paulo* deu todo o apoio a partir de agosto. Entretanto, realizadas as eleições em 1º de março de 1910, Rui foi derrotado. *O Estado* publicou um manifesto de seu candidato, denunciando as irregularidades praticadas.

Em fevereiro de 1910 Júlio Mesquita foi reeleito deputado estadual para a legislatura 1910-1912. Em agosto de 1910 faleceu sua mãe. Já doente e abalado com a perda, embarcou nos mês de setembro com a família para a Europa, de onde só retornou em fevereiro de 1911. Em julho seguinte morreu seu sogro Cerqueira César, que ocupava uma cadeira no Senado estadual. Foi eleito para substituí-lo em 1º de março de 1912, mas, por se encontrar na Europa para tratamento de saúde, só tomou posse em 30 de dezembro de 1913, com mandato até 1915. Na sua ausência, o jornalista Nestor Pestana, que ocupava o

cargo de secretário, assumiu interinamente o de chefe de redação, e a gerência foi ocupada temporariamente por seu genro Armando de Sales Oliveira, e em seguida por Ricardo Figueiredo.

Com a invasão da França e da Bélgica por tropas do Império Alemão em agosto de 1914, defendeu os países agredidos, criticou a atitude germânica e passou a escrever crônicas semanais sobre o conflito mundial. O boicote ao jornal das firmas alemãs, que cortaram seus anúncios, acabou acarretando a maior crise financeira vivida pelo *Estado de São Paulo*, que, apesar das pressões, manteve sua posição contrária ao militarismo alemão.

No mês de janeiro de 1916, foi lançada a *Revista do Brasil*, publicação mensal ligada à cultura que tinha como diretores Luís Pereira Barreto, Alfredo Pujol e Júlio Mesquita e como redator-chefe Plínio Barreto. No mês de maio foi lançada a edição vespertina do *Estado de São Paulo*, chamada de *O Estadinho*, de grande sucesso editorial. Entre seus colaboradores figuravam Monteiro Lobato e Júlio de Mesquita Filho, que então iniciava sua carreira de jornalista. A publicação deixaria de circular em dezembro de 1920.

Em fins de 1916, ao ser fundada a Liga Nacionalista de São Paulo, Júlio Mesquita apoiou a iniciativa e abriu as páginas de seu jornal para a entidade. Durante a grande greve de 1917 em São Paulo, defendeu o direito dos operários de fazer o movimento e pronunciou-se contra a prisão de manifestantes. Em 1918, quando da disputa por uma cadeira no Senado estadual, defendeu a candidatura de Luís Pereira Barreto, lançada pelos estudantes de direito, contra o candidato do PRP, o cônego Valois de Castro, conhecido por suas posições germanófilas. Em 1919, *O Estado* apoiou novamente a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, que viria a ser derrotada por Epitácio Pessoa.

Em 1922, a revolta tenentista do Forte de Copacabana recebeu de Júlio Mesquita e de seu jornal apoio e simpatia. Assim também, em 1923, por sua amizade com Assis Brasil, seu colega de Faculdade de Direito, Júlio Mesquita apoiou a revolução deflagrada no Rio Grande do Sul contra Borges de Medeiros. Diante da Revolta de 5 de julho de 1924, comandada pelo general Isidoro Dias Lopes, que ocupou a cidade de São Paulo por 23 dias, *O Estado* manteve uma posição de neutralidade, concordante com as críticas dos revolucionários ao governo federal, mas discordante da sublevação militar. Em 29 de julho, um dia após os revoltosos terem deixado a cidade, Júlio Mesquita foi preso e levado para o Rio de Janeiro, sem que houvesse qualquer acusação formal contra ele, e *O Estado* foi

proibido de circular até o dia 16 de agosto. Em 1929 o jornal ganharia uma ação por perdas e danos contra a União por essa suspensão temporária de sua circulação.

Em 1926, com a fundação do Partido Democrático (PD) por membros da dissidência perrepista e políticos independentes, Júlio Mesquita formalizou seu combate aos caciques do PRP através da via partidária. O conselheiro Antônio Prado foi eleito primeiro presidente do PD em reunião na qual se destacou o pronunciamento do então jovem Francisco Mesquita, filho de Júlio Mesquita, que na época já trabalhava no jornal com o gerente Ricardo Figueiredo. O novo partido defendia reformas no arcaico e viciado sistema eleitoral, entre elas o advento do voto secreto e do voto feminino.

Júlio Mesquita faleceu na cidade de São Paulo em 15 de março de 1927.

De seu casamento com Lucila Cerqueira César Mesquita, teve dez filhos. Júlio de Mesquita Filho foi jornalista e diretor do *Estado de S. Paulo*. Francisco Mesquita foi jornalista, constituinte estadual em 1934 e deputado estadual em São Paulo de 1935 a 1937.

Entre as homenagens que recebeu estava a Legião de Honra, concedida pelo governo da França. Em 1948 foi criado por lei estadual aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o município de Júlio Mesquita.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* SP (16/3/1927); DUARTE, P. *Julio Mesquita*; *Estado de S. Paulo* (16/3/1927); *Estado de S. Paulo*. Suplemento do Centenário 1975; *Folha da Manhã* SP (16/3/1927); RIBEIRO, J. *Chronologia*; SILVA, E.; EWIGKEIT, J. *Precursores*.